Parte 2 - Estado, políticas públicas e relações de poder
**Capítulo 7 - Processos sociais de recomposição do patronato rural
em terras gaúchas**

Marcos Botton Piccin

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PICCIN, M.B. Processos sociais de recomposição do patronato rural em terras gaúchas. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 151-169. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4.
<https://doi.org/10.7476/9786557250044.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 7

Processos sociais de recomposição do patronato rural em terras gaúchas

• • • • •

MARCOS BOTTON PICCIN

INTRODUÇÃO

Os processos de abertura da economia do Brasil ao mercado internacional a partir da década de 1990 puseram fim à estratégia econômica de controle dos preços praticada pelos grandes proprietários de terra criadores de gado extensivo do extremo sul do país. A queda do preço dos gados constitui um dos principais fatores de alteração das relações de poder entre os agentes, em que tanto a estrutura quanto o volume dos capitais entre indivíduos e grupos foram redefinidos. Este capítulo analisa as mudanças na estrutura de poder que se constituem nesse espaço social a partir de então, em que às trajetórias decedentes desses grandes proprietários de terra somam-se trajetórias ascendentes de outros agentes sociais, especialmente de pequenos proprietários originários das regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

Este estudo procura contribuir com a análise da morfologia social de grupos dominantes, que em si já são objeto de poucos trabalhos científicos quando comparados aos setores subalternos (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2007). Já os estudos que abordam a morfologia dos grupos dominantes tendem a privilegiar as linhagens de industriais e banqueiros (Zalio, 2004) – mesmo na chamada “nova sociologia econômica” (Swedberg, 2004; Steiner, 2006) –, com poucas exceções das elites do rural, como Bessière (2010). No Brasil, a bibliografia que analisa os grandes proprietários de terra privilegia a representação patronal e mobilização política (Heinz, 1996; Grill, 2003; Bruno, 2012; Da Ros, 2012; Canêdo, 2002), as trajetórias de grupos específicos (Grijó, 1998) ou a construção simbólica e ideológica que esses grupos fazem de si próprios (Heredia; Palmeira; Leite, 2010).

Nesse sentido, as análises aqui desenvolvidas buscam objetivar as relações que ligam os *estancieiros* ao conjunto dos participantes do espaço social e os poderes assimétricos que os caracterizam, como nas relações com outros grandes proprietários rurais no país, com descendentes de pequenos proprietários das regiões coloniais, com empresas frigoríficas e outros *estancieiros*. Em outras palavras, procura-se descrever e situar os agentes no “universo complexo de relações objetivas de interdependência”, como argumenta Bourdieu (1989, p. 373). O centro desta análise se situa na mudança das relações de poder entre os principais agentes que constituem o espaço estancieiro gaúcho e na inadaptação do sistema de práticas e disposições econômicas internalizadas como *habitus* por essa aristocracia de base agrária, frente às alterações na economia. A abertura econômica, iniciada na década de 1990, fez extinguir o Instituto Rio-grandense de Carnes que garantia preços elevados pagos aos produtores e os expôs à concorrência internacional.

Não são somente as trajetórias exitosas socialmente como *senhores de terra* que são colocadas em questão, como também os cálculos de comportamento econômico desses grandes proprietários fundiários. A reconversão exigida pela nova conjuntura é também de recursos mentais sobre como organizar a vida econômica, além dos sentimentos de auto identificação e localização social. As práticas orientadas por um *habitus* ajustado a um antigo estado das condições objetivas aparecem como mal adaptadas ao novo equilíbrio de forças sociais. O que está em jogo, como destacou Zilio (2004) em sua análise sobre o patronato de *Marseille* em uma conjuntura de abertura econômica, são os modos de acesso e de renovação das posições econômicas localmente dominantes. Submeter-se à concorrência internacional, além de causar certa reestruturação do tecido produtivo, recompõe os patronatos regionais, o que torna indissociável um estudo sobre as mutações e a diversidade desses proprietários de uma reflexão de suas práticas, atividades e comportamento econômico.

Esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011, com observação direta no município de São Gabriel (RS) para a produção de dados etnográficos, na qual foram estudadas em profundidade seis linhagens de famílias. Foram entrevistados também 16 estancieiros e/ou casais de estancieiros com posses fundiárias acima de 1.000 hectares (ha), além de outros agentes sociais, como os trabalhadores das estâncias, comerciantes e descendentes de colonos. A obtenção sistemática de dados das seis linhagens exigiu o desvendamento e o acesso às suas redes de interconhecimento, de modo a mapear quais eram consideradas pelos entrevistados as “mais importantes” na história do município. Tendo em mãos esse mapa, a seleção de seis linhagens seguiu o critério de abarcar as variações nos pertencimentos políticos e oposições sociais tra-

dicionais, de modo a traduzir essa complexidade na análise – várias dessas linhagens também são citadas por Érico Veríssimo em seu famoso romance *O Tempo e o Vento*, dada a importância na história política do estado. O número de entrevistas foi definido pelo critério da *saturação* (Beaud; Weber, 2007). A pesquisa englobou a análise de 99 matrimônios e 233 indivíduos, sendo que neste capítulo são apresentados apenas os dados que permitem demonstrar a questão enunciada.

O texto está dividido em quatro seções, além desta introdução e conclusão. Na primeira, são apresentados alguns indicativos da importância econômica e política que os estancieiros tiveram no Rio Grande do Sul e no país, além das principais circunstâncias que levaram ao descenso econômico e político deste setor. Na segunda seção, discute-se como a crise econômica colocou em xeque as categorias de pensamento econômico internalizadas e reproduzidas de forma exitosa em suas práticas até então. Na terceira seção analisam-se as trajetórias descendentes dos estancieiros em contraposição às trajetórias ascendentes dos descendentes de colonos. Na quarta seção analisa-se a trajetória de um estancieiro que alterou sua forma de pensar quanto ao patrimônio produtivo, como um recurso metodológico para expor o cálculo econômico dos demais e a resistência à mudança.

1. SITUANDO AS ESTÂNCIAS E OS ESTANCIEIROS

Para compreender o peso social, econômico e político desta categoria de grandes proprietários no Rio Grande do Sul e no país, tem-se que ter em conta a história de ocupação do território desse estado e a forma de relacionamento econômico e político desses com as demais elites agrárias do país, sobretudo aquelas ligadas às lavouras de exportação – cana de açúcar, com os *senhores de engenho*, e café, com os *barões do café* – na maior parte de nossa história social. Esses grandes proprietários do Sul, cujos domínios privados se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus senhores, se ligavam a estrutura de poder oligárquico no Brasil até meados de 1930 como produtores de alimentos (carne salgada/charque) – primeiro para a escravaria, depois para as classes trabalhadoras das principais lavouras de exportação do país. Era de forma subordinada econômica e politicamente que os estancieiros se relacionavam com as demais elites agrárias nacionais.

Assim, nas áreas de campo do estado houve uma ocupação do território marcada pelo estabelecimento de grandes propriedades fundiárias de criação de gado. Isso representava aproximadamente 60% do território gaúcho. Nas áreas

de florestas, que não eram de interesse econômico para os estancieiros, foram implantadas colônias de imigrantes europeus, pequenos proprietários, sobretudo ao norte, chamados de *colonos* (Kliemann, 1986; Haesbaert, 1995; Picolotto, 2011).

Durante todo o século XIX e até a década de 1940, o charque constituiu a principal mercadoria que os *estancieiros* produziram como subsidiários às lavouras de exportação. Mas as relações econômicas mantidas com as demais elites nacionais modificaram-se a partir de 1930, quando a falência das *charqueadas*, estabelecimentos que beneficiavam a carne salgada, deram lugar a uma rede de cooperativas coordenadas pelos próprios estancieiros que industrializariam a carne frigorificada anos mais tarde. Assim, passaram a produzir para as classes médias e altas um produto de luxo e livraram-se das restrições impostas no âmbito do mercado por outras elites agrárias. Até o final da década de 1980, houve um longo período de altos preços pagos ao gado, estimulado pela crescente urbanização e pela demanda no mercado internacional (Viana, 2009).

Se podemos situar em 1930 a mudança da posição econômica dessas elites no cenário nacional, ocorreu também uma mudança política com a Revolução de 30, em que os gaúchos ascenderam aos principais postos de mando do país (Love, 1975). Essa ascensão, em termos econômicos e políticos, se estendeu até o final da década de 1980 (Piccin, 2015) quando, concomitantemente, ocorreu o processo de redemocratização do país e a diminuição dos preços dos bovinos pagos ao produtor. No plano interno ao estado se processou algo semelhante, já que somente na década de 1990 é que a burguesia gaúcha assumiu o comando da hegemonia dominante (Cadoná, 2009), com o enfraquecimento político e econômico das elites estancieiras.¹

Em comparação com as trajetórias de outras elites rurais no país, poderíamos dizer que, enquanto aprofundou-se o declínio dos *senhores de engenho* “de uma forma sem precedentes até então”, entre os anos de 1950 e 1980 (Garcia Jr., 1989, p. 72), e os cafeicultores perderam espaço político e só diminuíram significativamente sua importância econômica a partir dos anos de 1960 (Stolcke, 1986, p. 12), os *estancieiros* possuem uma trajetória econômica ascendente. Portanto, as pressões para a reconversão de trajetórias individuais destas famílias de “aristocracia de base agrária” estancieira se dá de forma tardia.

¹ O enfraquecimento econômico dos estancieiros pode ser indicado pelos seguintes dados: o efetivo de bovinos no município estudado caiu de 509.948, em 1980, para 293.898, em 2006. No mesmo período, houve uma redução de 157.676 mil hectares de pastagens, a maior parte passou a ser utilizada por lavouras temporárias como a soja e arroz (Piccin, 2012, p. 340). Na estrutura das receitas dos estancieiros estudados pelo pesquisador, a partir de seus livros contábeis, o gado perdeu a primeira posição em importância monetária para as receitas providas do arrendamento de áreas a outros produtores (Piccin, 2012, p. 407).

Pressão que também parece ser referente ao processo e formas de mobilização da mão de obra em seus domínios. É a partir da década de 1990 que o risco representado por ações judiciais faz a legislação trabalhista bater à porta do mundo estancieiro, processo que já se desencadeava no Nordeste e Sudeste do país desde a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (Stolcke, 1986; Garcia Jr., 1989). Ocorre, nesse sentido, uma reestruturação da capacidade de exercer o poder e legitimidade como classe dominante frente aos demais setores sociais. A partir de então, devem ser internalizadas as regras do funcionamento do modo de dominação legal, pois, caso contrário, aumenta o risco de que se vejam em pé de igualdade com seus subordinados perante as esferas judiciais.

Trata-se de famílias de aristocracia de base agrária que contribuíram para a formação do Estado brasileiro pós Revolução 30, tal qual o conhecemos hoje, de forma semelhante aos casos analisados por Moore Jr. (1983), em que as elites vindas do rural conseguem controlar a transição para uma sociedade industrial sem se contrapor a ela e nem deixar de estimulá-la, nem tampouco perdem o controle do campo.

Talvez uma das maiores características incorporadas/reafirmadas como *habitus* no caso dos estancieiros, resultado das condições econômicas, seja um comportamento *desinteressado* frente às questões mundanas, como atestador da maior honra. Um *desinteresse* interessado que acaba por ser acumulado como capital simbólico, cujo substrato é a própria possibilidade de mostrar distância da necessidade (Bourdieu, 2002; 2008). Os *estancieiros* só entram em franca decadência a partir do final dos anos de 1980. A crise econômica pela qual eles passam também é acompanhada da perda de influência política devido a redemocratização do país, haja vista que de 1930 ao final dos Governos Militares indivíduos com essa origem ocupam parte importante dos principais postos de mando da burocracia do Estado (Love, 1975; Cadoná, 2006; Piccin, 2015). Assim, a etnografia realizada desse grupo social ocorre não em um momento de ascensão, mas em que ele se encontra ameaçado de decadência, o que faz com que o *desinteresse* do *habitus* herdado constitua um grande obstáculo para adotar estratégias de reconversão já utilizadas por linhagens de *senhores de terra* no Brasil.

2. QUANDO A VACA NÃO PAGA MAIS A CONTA

A crise econômica enfrentada pela elite estancieira a partir do final de 1980 teve o efeito de redefinir os capitais de distintas posições no espaço social.

A venda de ativos fundiários para novos agentes sociais, a aquisição de terras pela ação do Incra, por empresas de papel e celulose, descendentes de colonos, ou o arrendamento das terras, são manifestações de um mesmo princípio, qual seja a trajetória descendente dos estancieiros enquanto *senhores de terra*. Nada mais ilustrativo desse efeito de desqualificação estrutural de suas posições em relação aos demais agentes do que as reações coletivas de enfrentamento às iniciativas de reforma agrária promovidas pelos governos e/ou movimentos sociais. O bloqueio imposto aos técnicos do Incra para a realização de vistorias das propriedades para averiguar a adequação aos índices de produtividade (Da Ros, 2009), a forte oposição ao Governo Olívio Dutra (PT) entre 1999/2002 (Da Ros, 2006; 2012), o lobby contra a revisão dos índices de produtividade (Sório Junior, 2001), o enfrentamento direto com a Brigada Militar, vigílias e marchas contra os sem-terra, são manifestações que expressam mais do que simplesmente *medo* em ser *expropriados*. Indica a fragilidade de suas posições sociais que passam a ser colocadas em questão por outros agentes, o que os força a ações coletivas.

Até então, no que se refere às estratégias produtivas dos grandes proprietários estancieiros, frente ao conjunto de possibilidades de utilização produtiva de suas posses fundiárias, o gado bovino de corte não somente era o mais lucrativo, como também considerado o mais seguro. Para a formação da receita familiar, menos importante eram as lavouras. As lavouras tanto de arroz, quanto de soja, passaram a assumir uma importância maior quando o preço dos bovinos baixou, pois se buscou complementar a receita líquida com os arrendamentos para terceiros ou pelas plantações por conta própria, ou pela necessidade de incrementar as pastagens para o gado.

De acordo com as declarações dos entrevistados, até meados da década de 1970, somente com a venda da lã dos ovinos os estancieiros conseguiam cobrir todos os custos monetários envolvidos nas atividades criatórias. O que significa que toda a venda dos bovinos era receita líquida. Isso cobria os gastos com a manutenção do padrão de consumo da época. Contudo, principalmente com a diminuição tanto dos preços da lã como dos bovinos, aumentou a pressão para que novas alternativas de receitas se constituíssem, pois agora “a vaca não paga mais a conta”² e é necessário, para complementar o orçamento doméstico, “aumentar a agricultura”, ou seja, as áreas com as lavouras comerciais.

Todavia, há outros dois poderosos elementos que dão a impressão de corrosão do poder de compra das elites estancieiras e que força a busca pelo aumento da produtividade e/ou outras fontes de rendimentos: o aumento do

² As passagens entre aspas referem-se às falas dos entrevistados ou de citações realizadas.

custo para compra da força de trabalho e a incorporação de novas mercadorias nos padrões de consumo de elite.

A queixa recorrente quanto ao aumento do custo da força de trabalho não diz respeito apenas ao pagamento obrigatório do salário mínimo e direitos trabalhistas, “que só vieram a ser implementados recentemente, de poucos anos para cá”. Mas a um conjunto de mudanças que os patrões foram obrigados a fazer em suas estâncias para que os trabalhadores aí pernoitassem, adequando as instalações para atender as exigências da legislação. Entre as mais evidentes, a necessidade de camas, pois até então “os empregados dormiam sobre os pelegos”,³ além de água encanada e chuveiro quente. Na estância de um dos casais entrevistados, somente em 2005 foram transformadas antigas baias, onde os principais cavalos ficavam estabulados durante a noite, em quartos para os 6 empregados contratados.

Assim, à crise do preço dos gados, soma-se o aumento do custo da mão de obra e a incorporação de novas mercadorias aos padrões de consumo socialmente aceitos como válidos para conservar suas posições no espaço social. Essa conjuntura obriga que novas fontes de receitas sejam pensadas na família. Uma das pressões é no sentido de “aumentar a produtividade” e outra é da necessidade de “envolver a família lá” na estância quanto ao modo de administração e acompanhamento das atividades produtivas, como uma “luz no fim do túnel”, ou seja, como uma das últimas esperanças para se manter na atividade. Em absoluto, isso não significa que a família seja de fato “envolvida” nos trabalhos da estância, que pode ser encarado como desclassificação no espaço social estancieiro, mas que existe um tensionamento que os coloca diante de alternativas que podem chegar, inclusive, à venda dos ativos fundiários, frente à impossibilidade de reprodução social mantendo-se o mesmo padrão do período anterior.

Nesse universo social, a distância dos estancieiros do mundo do trabalho na estância compõe um fator de distinção social. Ou seja, geram-se estilos de vida que têm como valor o afastamento em relação às coisas mundanas do trabalho físico, como necessidade imediata. A demonstração desse argumento pode ser amplamente realizada tanto pela análise dos controles financeiros dos gastos da estância e da família do estancieiro (Piccin, 2012, p. 389-409), quanto por meio de outras declarações que explicitam este modo de administração e acompanhamento das atividades produtivas em momentos de alta ou baixa dos preços. Um assessor das entidades patronais e professor universitário fora

³ “Pelego” designa o “couro” retirado dos ovinos quando abatidos. Como é um “couro” recoberto por lã, era o pelego utilizado como colchão pelos peões. Além disso, o pelego é utilizado na montaria.

citado em um livro publicado por um dos entrevistados no qual criticava o comportamento de “administração à distância” como um dos componentes “de uma série de distorções e ineficiências”, que seriam práticas comuns no período dos altos preços pagos pelo gado.

O que é importante perceber são as indicações de um condicionamento frente à vida econômica da estância determinado pelo poder de colocar a necessidade econômica à distância, fornecida pelo próprio acúmulo de poder econômico. Ou seja, as indicações de desenvolver um estilo de vida baseado em gostos de luxo, como, por exemplo, pelo fato de não ser necessário acompanhar a rotina de trabalho da estância, mas priorizar o envolvimento com a pintura, literatura e música. Todavia, a diminuição relativa das receitas fragiliza e tensiona este condicionamento social, internalizado como *habitus* e regra de orientação social. Esse jogo de percepções traduz os mecanismos de estímulo ao investimento produtivo e estilo de administração de suas propriedades.

Para os estancieiros, se faz necessário ampliar os investimentos produtivos na estância quando ocorre a baixa dos preços do gado. A análise das suas declarações e dos seus livros contábeis revela que os investimentos produtivos são realizados em momentos de baixa dos rendimentos monetários líquidos da família, assemelhando-se ao comportamento de administração dos domínios feudais descritos por Kula (1979) para a realidade polonesa dos séculos XVI-XVIII. O estímulo para o investimento é a queda relativa dos rendimentos líquidos; o que significa afirmar que ocorre um desestímulo ao investimento quando os preços pagos ao produtor sobem. Ora, o contrário se dá no caso da racionalidade capitalista, que amplia os investimentos nos momentos de alta dos preços e deprime os investimentos nos momentos de baixa; quer dizer, frente a uma conjuntura favorável de subida dos preços de determinada mercadoria, os capitalistas investem em mais compra de bens de capital e mão de obra para ampliar as vendas e acumular mais valor; mas este mecanismo que funciona como incentivo aos capitalistas, é um desincentivo aos estancieiros.

Esse processo é revelador de um cálculo econômico que orienta a prática das elites estancieiras na gestão de seus domínios fundiários e os particulariza em relação ao comportamento de *tipo ideal* capitalista descrito pela bibliografia econômica, que se inclina a considerar as categorias da consciência econômica própria do capitalismo como categorias universais, independentes das condições econômicas e sociais vividas pelos agentes. A lógica que preside o comportamento econômico dessas elites gera uma força interna ao sistema criatório estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção na alta dos preços porque os níveis de rendimento monetário esperados estão assegurados. Nos momentos de

baixa dos preços são a desclassificação social ou a reconversão de trajetórias os caminhos mais prováveis.

3. TRAJETÓRIAS CRUZADAS: DESCLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL

Com o descenso social, uma das alternativas enfrentadas pelos estancieiros é a venda dos ativos fundiários e a reconversão das trajetórias sociais em empregos urbanos, em profissões como a medicina, advocacia, etc. Caso a venda dos ativos fundiários esteja descartada, outra alternativa é aumentar a área de lavouras, seja pelo arrendamento a terceiros ou pelo cultivo próprio. De fato, com a crise de rendimentos se alterou a balança de poderes em relação aos arrendatários, pois a margem líquida exigida pelo estancieiro de produtores que alugam suas terras se tornou passível de maior negociação.

As declarações dos arrendatários identificam um período anterior de dificuldade em termos de encontrar terras para arrendar e, um período posterior, em que, comparativamente, a situação muda. Se, antes, com o grande proprietário não havia muita margem de negociação sobre o preço de aluguel da terra, pois “os fazendeiros só queriam lidar com gado”, agora o dono da terra “está mais preocupado com o seu arrendatário”. O dono da terra se torna “mais parceiro do que antigamente”, justamente porque aumenta o grau de dependência em relação às rendas providas do aluguel de terras e/ou necessita de pastagem barata para o período do inverno. Mas os significados dessas alterações no espaço social ultrapassam o fato de que aumenta a disponibilidade de terras para arrendamento, pois as trajetórias descendentes dos estancieiros estão na proporção inversa às trajetórias ascendentes de agricultores que iniciaram como pequenos arrendatários no início da segunda metade do século XX e se tornaram proprietários. Não são somente descendentes de italianos que possuem essa trajetória, outros agricultores naturais do município também trilharam caminhos semelhantes. Contudo, as trajetórias trilhadas por descendentes de colonos são a melhor expressão da complexidade do espaço social, pois migram para as áreas de pecuária e aí investem o principal recurso de que dispõem: o trabalho familiar. Vale a pena situar a trajetória social de dois casos.

Quanto ao primeiro, seus avôs, inicialmente, migram da Argentina para a região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, por volta de 1900. Seus pais arrendam cerca de 40 ha de terras para plantar trigo em São Gabriel nos anos de 1940, depois arrendam sucessivamente pequenas glebas para plantio de arroz e soja, passando a comprar pequenas áreas de terra ao longo da vida.

Mas foi na década de 1990, que a família adquiriu a maior parte das terras próprias que possui: foram duas áreas, uma de 500 ha e outra de 300 ha, de um total de 1.000 ha de área própria, além de outros 1.000 ha que chegaram a arrendar para o plantio de arroz e soja. Atualmente, as estratégias produtivas são desenvolvidas conjuntamente pelos três irmãos e uma irmã, com investimentos econômicos diversos no município, como postos de combustível, hotelaria, além das lavouras. Durante a entrevista, orgulhava-se em ter toda a gestão dos negócios nas mãos de integrantes de sua família, em que os(as) filhos(as) e sobrinhos(as) já assumiam os postos estratégicos do controle financeiro.

Quanto ao segundo, sua família também é de pequenos colonos da região da Quarta Colônia, onde seu pai era proprietário de “vários pedacinhos” que, somados, atingiam 80 ha. No início de 1980, ele e seus outros 3 irmãos arrendam 80 ha de terra para plantio de arroz e outros 80 ha para plantio de soja em São Gabriel. A partir de então várias outras frações foram arrendadas, adquirindo, no início dos anos de 1990, duas áreas de terra: uma de 199 ha e outra de 170 ha. Em 1996, os 4 irmãos começam uma espécie de peregrinação por vários municípios da fronteira, arrendando e comprando terras: nesse ano, compram 545 ha em Santana do Livramento, que vendem em 2003 para comprar 800 ha em São Borja, no mesmo ano. Em 2006, vendem a área em São Borja e retornam a São Gabriel, onde compram 845 ha. Em 2009, compram outros 1.000 ha e, no ano seguinte, adquirem outros 1.370 ha. Ou seja, hoje em São Gabriel, possuem 3.215 ha, além de arrendar outros 500 ha. Somente há poucos anos atrás construíram uma casa na cidade, ainda que preferiram continuar residindo na casa da propriedade rural. O projeto de vida dos 4 irmãos seria cada um possuir 1.000 ha de terras próprias. Como no caso anterior, esse segundo entrevistado orgulhava-se de ver o filho mais velho, formado em engenharia mecânica, assumir os negócios da família.

Esses dois casos citados são um exemplo de como se altera a morfologia social no município, justamente no período em que os rendimentos da pecuária decrescem e as posições dominantes, no mínimo, se fragilizam. Mas não é só isso. Representam as diferentes maneiras de ver a terra como ativo produtivo, em que as trajetórias dos filhos de descendentes de colonos, que voltam a assumir os negócios da família, contrastam com as trajetórias dos filhos dos estancieiros, que buscam se inserir em empregos urbanos.⁴

No que se refere às estratégias econômicas, a fragilidade das posições até então estabelecidas não se deve somente ao fato de notarem uma significativa diminuição nos rendimentos da pecuária, vendo-se na iminência de estabelecer

⁴ Especificamente sobre isso ver Piccin (2012, p. 387-388).

uma reconversão das trajetórias sociais a partir das opções de venda dos ativos fundiários ou pelo arrendamento de áreas de terra a terceiros. No caso daqueles que optaram por iniciar lavouras por conta própria, há um conjunto de disposições, conhecimentos e posturas que são necessários internalizar para que se tenha sucesso nos empreendimentos. Isso é vivido não sem algum grau de sofrimento, que pode determinar o fim das iniciativas por conta própria. Dos 16 estancieiros entrevistados, 6 haviam iniciado plantações por conta própria, mas somente 1 deles ainda continuava na condução das lavouras. Os outros 5 haviam entregue suas áreas de lavouras para arrendatários. As declarações de estancieiros segundo as quais “não deu certo” a tentativa de empreender plantações, fazendo optar por alugar as terras ou a afirmação de que “eu sempre fui mais da criação mesmo”, cujas variações foram registradas em vários casos, traduzem o que se argumentou acima. Ou seja, as novas disposições exigidas pelas lavouras não dizem respeito somente aos conhecimentos técnicos específicos, mas, sobretudo, a um formato de acompanhamento e mando sistemático dos empregados e das tarefas a realizar em cada lavoura. Frente à constatação do pesquisador, verbalizada a um dos entrevistados, de que, no entanto, havia agricultores “fazendo dinheiro” com as lavouras em São Gabriel, a resposta foi a seguinte: “não, mas aí é diferente, são eles mesmos que tocam”. Essa frase é por demais significativa e expressa as tensões que a elite estancieira passou a enfrentar; reconhecendo que o trabalho daqueles agricultores tem por base a mão de obra familiar, “são eles mesmos que tocam”: operam as máquinas, acompanham os empregados, envolvem os filhos e mulheres; “é diferente” porque, no caso dos estancieiros, não há disposição dos integrantes da família para tal, como há entre os descendentes de colonos.

Esses, por sua vez, referindo-se aos estancieiros que haviam empreendido lavouras, faziam questão de marcar as diferenças de postura para com as lavouras. O fato de ter “mania de estar todo o dia lá cuidando” das lavouras, ou ter como lema “se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar” os empregados, poderia resumir todo o sistema de disposições sociais internalizado desde a infância com os pais, reforçada e reafirmada positivamente pela prática ao longo de suas próprias trajetórias. Não seria razoável esperar outro tipo de comportamento de quem tem inscrito em seu *habitus* o trabalho com a terra como a única medida e possibilidade de progresso social ao longo das gerações. Aliás, toda a produção ideológica da elite dirigente do estado entre o final do século XIX e início do século XX, responsável pela justificação da colonização nas áreas de florestas, esperava e animava esse comportamento nos imigrantes, como os detentores do *espírito do capitalismo* e do progresso pela disciplina do trabalho (Picolotto, 2011).

Se tivermos em vista essas diferenças de disposições sociais internalizadas por agentes com origem na estância e, por outro lado, aquelas internalizadas por agentes sociais com origem nas regiões coloniais de pequenos proprietários, é claro que só pode haver um estranhamento entre ambas, frente aos modos de administração dos ativos fundiários. A desvantagem dos estancieiros que se lançam no cultivo de lavouras é que a concorrência entre grandes plantadores fulmina, sem perdão algum, seus empreendimentos se forem fundados sob as práticas por eles herdadas como *habitus*, conforme se discutiu acima; elas não são mais sancionadas no espaço social, como no caso do gerente de banco entrevistado que reprovava a postura dos estancieiros em ter que ligar para o empregado para saber como está a lavoura, pois “o proprietário é que deve saber, não os empregados”. Em outras palavras, é o proprietário que deve acompanhar cotidianamente o empreendimento produtivo, não um entreposto. Essa é a exata medida do senso de inadaptação a um meio social para cujas regras que se tornaram hegemônicas não houve treinamento ao longo de seus processos de socialização.

Além disso, um dos resultados que já seria previsível esperar são as diferentes visões quanto aos usos produtivos do solo, que aparecem como a própria afirmação de seus *habitus*. Enquanto os estancieiros afirmam “eu sempre fui mais da criação mesmo”, os descendentes de colonos, ao contrário, afirmam não gostar da pecuária, porque “sempre preferi mais a lavoura”, ou “lavoura é pra gente *de origem*.”⁵ Neste último caso, não é que haja um veto às criações, mas uma avaliação econômica minuciosa de qual atividade oferece maior retorno monetário. As terras utilizadas para o gado são aquelas em que não é possível aproveitar com as lavouras, pois o gado “soca muito a terra” e isso prejudica o seu rendimento. Além disso, de acordo com suas declarações, as lavouras proporcionam lucros maiores, quando comparadas com a pecuária.

No caso dos estancieiros, não é que desconheçam que as lavouras possuam um rendimento monetário maior por unidade de área. Mas o cálculo é mais complexo e passa por não aceitar ser possível ter a “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras. Até bem pouco tempo atrás era exatamente em contraste com essa atitude que eles se diferenciavam e se afirmavam como classe dominante no espaço social. Enquanto seu poder econômico estava sancionado, sua distinção e afirmação de poder simbólico se dava por conceber maior liberdade frente às restrições da necessidade econômica. Entretanto,

⁵ A designação *de origem* se refere aos descendentes de colonos imigrantes italianos e alemães e expressa, na fala dos entrevistados, uma superioridade étnica como marca distintiva em relação aos chamados de *brasileiros*.

no atual contexto, para que possam manter um nível de consumo de elite, precisam ter domínios muito grandes, ou internalizar as regras hegemônicas de funcionamento do campo econômico. Caso contrário terão que amargar resignadamente o descenso social.

Essas contradições podem ser vividas a tal ponto em que não se reconhecem mais como fração dominante dentre os proprietários de terra. O importante a perceber são as transformações que se processam quanto ao olhar dos estancieiros a respeito dos *gringos*, como também são chamados os descendentes de colonos. Esses últimos “começaram a baixar” em São Gabriel com o desenvolvimento das lavouras e em um ambiente de ampla diferenciação social. Além disso, era um contraste o fato dos *gringos* quase não possuírem vida social, pois “não saíam de dentro das propriedades” onde a base e a gestão do trabalho era familiar, o que significava o envolvimento da esposa e dos filhos. Entretanto, com o fato de serem os *gringos* considerados os novos ricos no atual contexto, a sensação de posição social se inverte, em que não “adianta querer bancar” ser rico se, frente ao passado e aos novos agentes, deixaram de ser. Frente a esse conjunto de alterações, em que o dinheiro ainda circula no local, mas “só que mudou de mãos”, o *habitus* é tensionado a positivar a “mentalidade de trabalho” com a qual os *gringos* estariam historicamente associados.

Questionado em sua base econômica, que lhe dava sustentação, a sensação de inaptidão representa a crise do sistema de disposições sociais formado em uma fase anterior da relação entre os grupos e classes sociais. É o desenrolar dessa crise que aprofundaremos na próxima seção.

4. A DOLORIDA RUPTURA COM O MODO DE PENSAR NO *ESTOQUE* DE GADO

Nesta seção, a análise de uma trajetória dentre os estancieiros visa não somente perceber os mecanismos pelos quais há os tensionamentos, como eles são vividos e as reações específicas, mas aprofundar o conjunto das transformações do espaço social em termos de disposições sociais, por analogia aos demais agentes em posições semelhantes. Esse caso é importante pelo o que ele denuncia nos demais, qual seja, a existência de um modo de pensar, um modo de fazer um tipo de cálculo econômico que é bem consolidado entre os estancieiros. Tratam-se de diferentes respostas frente a uma mesma conjuntura percebida como limitante da continuidade dos modos de vida até então desenvolvidos. Os processos sociais experimentados e as opções consideradas que levam à ruptura com o modo de pensar no rebanho como um *estoque*, além

da separação dos orçamentos de gastos familiar e produtivo, não são vividos sem uma dose de sofrimento, onde o julgamento social considera como um caso de “loucura” as mudanças introduzidas. “Todo mundo dizia que ele estava louco”, declarou ao autor uma das estancieiras entrevistadas quando se referiu ao caso específico que é objeto de análise nesta seção.

Na entrevista realizada com Rogério, 62 anos, pela parte da manhã, em sua casa da cidade, disse que foi sorte encontrá-lo ali, pois permanecia a maior parte do tempo em sua estância. Demonstrando certa agitação, esperava ligações de alguns interessados em lhe arrendar parcelas de terra para o plantio de soja. Ao final, convidou o pesquisador para conhecer sua propriedade de 2.100 ha, para onde nos dirigimos logo em seguida. Rogério nasceu em Uruguaiana; de uma tradicional linhagem de estancieiros nesse município, seu pai era proprietário de 2.000 ha, onde desenvolvia a bovinocultura e a ovinocultura. Mais velho de sete irmãos, todos alfabetizados na estância, seguiram os estudos em internatos e, posteriormente, em cursos superiores em Porto Alegre. Dois irmãos fizeram medicina veterinária, e as outras quatro irmãs seguiram cursos no magistério. Ele se formou em direito na PUC de Porto Alegre e em filosofia na UFRGS em meados de 1970, onde conheceu quem se tornaria sua esposa, filha de estancieiros em São Gabriel. Depois de exercer a docência na PUC de Uruguaiana, ele e sua esposa se mudaram para São Gabriel devido à morte do sogro no final dos anos de 1970; abandonou as salas de aula e assumiu a administração dos 1.600 ha herdados pela esposa, tendo depois adquirido mais 500 ha. Tiveram três filhas, todas já formadas pela UFRGS, sendo uma publicitária, outra fisioterapeuta e outra veterinária. As terras herdadas em Uruguaiana ele acabou vendendo, pois com a divisão entre os sete irmãos, havia ficado “um pedacinho para cada um” que foi considerado insuficiente para se viver.

Em São Gabriel, os problemas começaram quando Rogério percebeu “que o retorno financeiro [da estância] era muito pequeno” e que se ele não mudasse, quebraria. Foi então que resolveu investir por conta própria no cultivo do arroz e da soja. Mas ao invés de melhorar sua situação financeira, ela piorou, “[...] porque era muita coisa para controlar e eu não conseguia controlar nada”. O problema não era somente a falta de controle financeiro-econômico de suas atividades, mas, fundamentalmente, os modos pelos quais tornaria isso realizável. Quer dizer, disposições sociais que lhe eram exigidas, mas que não havia incorporado-as e a reação foi no sentido de buscar ajuda. A saída encontrada foi a contratação de uma empresa de consultoria para fazer o “gerenciamento” de sua propriedade. A primeira alteração introduzida modificou os modos de fazer o acompanhamento dos custos de cada atividade desenvolvida na estância, em separado dos gastos familiares.

Com a separação dos gastos monetários e a individualização da análise econômica por atividade desenvolvida, acabou por extinguir a ovinocultura e a criação de bovinos por ciclo completo, reduziu o número de empregados e entregou sob arrendamento a terceiros as áreas de arroz e soja. O sistema de terminação, ou seja, de engorde, foi implantado aos poucos, tendo começado com 300 cabeças/ano, atingindo cerca de 1.000 cabeças/ano atualmente. A área arrendada para o cultivo de arroz equivale a 340 ha, sendo metade efetivamente ocupada em cada ano e alternada com o plantio de soja. Quanto ao cultivo da soja, atualmente são 400 ha, mas seu plano é aumentar para 500 ha, haja vista que o fundamental é produzir uma pastagem barata no inverno, uma vez que a soja é uma cultura de verão. Nesses arrendamentos, é remunerado em 20% e 15% da produção líquida de arroz e soja, respectivamente. Assim, o restante da área de 1.260 ha é dedicada à engorda dos bovinos. Contudo, desses, há 300 ha que não são ocupados porque foram abandonados no período de seu “descontrole financeiro”, ficando sem cuidados em termos de tratamentos culturais e impedindo o pleno pastejo ou cultivo de cereais; área essa que estaria sendo reintegrada aos poucos.

Tais inovações impactavam, sobretudo, quanto aos modos de pensar o rebanho bovino. A empresa de consultoria contratada substituiu a ideia de *estoque* de gado pelo de kg de carne produzida por hectare. A primeira ideia está relacionada com segurança financeira que um grande *estoque* permitiria. O que passa a prevalecer é o quanto é vendido e não o quanto há na estância. A centralidade de seu raciocínio passa a ser, segundo sua declaração, a velocidade do “giro da mercadoria” na propriedade. É isso que passa a ser considerado “a mola propulsora do negócio” e não o montante de mercadoria em *estoque*. Mas, para tal, “para eu girar a mercadoria, eu tenho que ter alimento” que garanta esse aumento de produção de animais. Essa forma de pensar encadeia, portanto, um cálculo econômico baseado na intensificação da atividade produtiva e de sua própria presença frente ao negócio. Suas referências dizem respeito à negação de um determinado modo de ver e se ver como proprietário de terras e por este motivo considera uma mudança importante.

Essa alteração nas formas de “enxergar as coisas” não é realizada sem um grande tensionamento interior e reprovação dentre seus pares. Equalizar o descompasso do *habitus* herdado com as exigências em termos da incorporação das disposições hegemônicas quanto ao modo de tratar a vida econômica é considerado como algo “sofrido”, “angustiante”. Ora, trata-se de “mudar uma coisa que é cultural, que vem de geração para geração” e orienta os comportamentos sociais, por outro modo de pensar que exige “um processo de mutação interior”. Se essa mudança dos modos de pensar exige afrontar os fantasmas

culturais incorporados como referências, exige também confrontar seus pares, que passam a considerá-lo como “louco”. Para esses, o modo mais seguro é aquele que foi repassado pela geração anterior e possui na ideia do *estoque* toda a sua expressão. É bem possível que colocar em xeque esse princípio seja colocar em xeque o próprio poder de estancieiro, com capacidade de mobilizar recursos quando necessário. A lógica da mobilização de recursos se modifica e passa a ser ditada pela velocidade com que se gira a mercadoria na estância e não por sua existência em si.

Desta última declaração é ainda interessante analisar o que ele chama de “pilares” sobre os quais se apoiou: a percepção objetiva de que seu caixa tinha problemas, pois o retorno monetário era pequeno. O que parece diferenciar este caso dos demais foi a admissão de que precisava de ajuda para dar respostas exitosas frente a uma realidade cambiante e exigente de novos modos de pensar, para a qual sentia-se deficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que tudo indica, os processos sociais que envolvem o que se chamou de “sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil” (Heredia; Palmeira; Leite, 2010) incluem processos de reconversão de antigas elites rurais, que correm o risco do descompasso e inaptidão de seus *habitus* frente ao que é exigido em termos de disposições sociais pelas alterações do espaço social. Em uma economia de mercado cuja concorrência é estabelecida em nível internacional, ou esse patronato muda ou tende a ser aniquilado. Tendência essa que é contrabalançada pelo potencial que o patronato rural tem de influenciar nas decisões do Estado e em assegurar aos *senhores da terra* uma maior parcela do produto social. Há, contudo, um processo de mudança de morfologia social do patronato rural no espaço estancieiro e, possivelmente, também no país.

A maior dificuldade enfrentada pelos *estancieiros*, a partir da conjuntura iniciada com a abertura econômica ao mercado internacional, diz respeito à reformulação de suas *maneiras de calcular*. No caso estudado, todos os estancieiros entrevistados reconheciam que somente um dentre eles havia mudado, apesar de reconhecerem a necessidade da mudança. Ao não conseguir operar esta reconversão e internalizar os modos estritamente capitalistas de organização dos recursos produtivos é mesmo a possibilidade da reforma agrária que volta a lhes ameaçar, devido aos debates de medição dos índices de produtividade ou, pior ainda, de atualização dos índices de produtividade. É como se a ameaça soasse como um aviso: ou se tornam capitalistas nas formas de

organizar os fatores produtivos ou suas terras serão destinadas a trabalhadores rurais sem-terra.

Mas se a ameaça de reforma agrária é a que soa mais alto, um outro processo silencioso corrói lentamente o poder estancieiro: o fato de que a terra passa de mão pelos mecanismos de compra e venda. A alteração da morfologia do patronato rural na região estancieira passa a ser uma realidade, em que novos agentes sociais, como os descendentes de *colonos*, se transformam em “novos ricos”. A racionalidade da exploração da terra é completamente diferente em ambos os casos. Enquanto esses organizam eles mesmos a produção, envolvendo integrantes da família na condução dos negócios e, não raro, trabalhando lado a lado com os empregados, no primeiro caso isso é inconcebível e até mesmo os mecanismos de investimento econômico se processam de modo diferente aos da racionalidade capitalista.

REFERÊNCIAS

BEAUD, S.; WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo*: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

BESSIÈRE, C. *De génération en génération*: arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac. Paris: Raisons d’agir, 2010.

BOURDIEU, P. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008

_____. *La noblesse d’état*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: les editions de minuit, 1989.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUNO, R. *Movimento Sou Agro*: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Anais, Águas de Lindoia: ANPOCS, 2012. 28 p. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8027&Itemid=217>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

CADONÁ, M. A. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – PGSP, UFSC, Florianópolis, 2009.

CANÊDO, L. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-posições*, Campinas, v.13, n. 3(39), p. 169-198, set/dez. 2002.

DA ROS, C. A. *As Políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.

DA ROS, C. A. O Movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, n° 22, p. 232-278, 2009.

_____. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GARCIA Jr., A. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.

GRIJÓ, L. A. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GRILL, I. G. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no rio grande do sul*. Porto Alegre, 2003. (Tese de doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

HAESBAERT, R. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

HEINZ, F. M. *Les fazendeiros à l’heure syndicale: représentation professionnelle, intérêts agraires et politique au Brésil, 1954-1967*. 1996. Thèse de Doctorat d’Histoire – Université de Paris X, Nanterre, 1996.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.

KLIEMANN, L. H. S. *RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KULA, W. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LOVE, J. L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOORE Jr., B. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PICCIN, M. B. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

_____. Acesso a posições de poder pela elite estancieira gaúcha. Trajetórias sociais e investimentos escolares. *Tempo Social*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 305-328, 2015.

PICOLOTTO, E. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. 2011. Tese (Tese de doutorado) – Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da alta burguesia. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 18, p. 22-37, 2007.

SORIO JÚNIOR, H. *A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPE, 2001.

STEINER, P. *A Sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

STOLCKE, V. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 07-34, 2004.

VIANA, J.G.A.; SOUZA, R.S.; SILVEIRA, V.C.P. Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor. *Ciência Agrotecnologia*, Lavras, v. 33, n. 4, p. 1109-1117, 2009.

ZALIO, P.-P. Territoires et activités économiques: une approche par la sociologie des entrepreneurs. *Genèses*, Paris, n. 56, p. 4-27, 2004.